



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

8238 - Trabalho Completo - 14a Reunião da ANPEd – Sudeste (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 05 - Estado e Política Educacional

A NOVA GESTÃO PÚBLICA E O CORONAVÍRUS: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO RUMO À NECROPOLÍTICA?

Vanessa Santana dos Santos - UNIFESP - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

Lucas Andrade de Souza - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Caio Cabral da Silva - UNIFESP - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

A NOVA GESTÃO PÚBLICA E O CORONAVÍRUS: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO RUMO À NECROPOLÍTICA?

A partir de 1970 com o declínio do modelo do Estado de Bem Estar Social, a reestruturação dos modos de produção e a remodelagem da economia com a ascensão do neoliberalismo fundamentado na concepção de Estado mínimo, regulação de mercado (HELOANI, 2018) e transformação da sociedade, modificaram-se as políticas governamentais.

Desde 1995, o estado de São Paulo é governado pelo PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), que utiliza a lógica neoliberal e ideologia conservadora para a consolidação de suas políticas. Nestes 25 anos, a educação na Rede Estadual de Educação de São Paulo (REE/SP) foi influenciada pela Nova Gestão Pública (NGP) baseada em políticas que adotaram princípios de eficiência e eficácia, de desregulamentação do estado, de incentivo à participação de entidades privadas e de otimização dos gastos e dos espaços para o lucro.

A pandemia de coronavírus - que até meados de setembro de 2020 ceifou mais de 140 mil vidas no Brasil (COVID-19, 2020) – e a irresponsabilidade da esfera federal e estadual para lidar com a doença colocou em xeque o papel da educação. O secretário de educação, Rossieli Soares, declarou que “Se possível, volto com escolas nem se for por um dia.” (UOL, 2020). Desta forma, é perceptível que a racionalidade neoliberal assumiu em São Paulo sua faceta mais vil diante das pressões e dos planos de reabertura gradual para as atividades presenciais, elaborados pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP), ignorando completamente as desigualdades existentes agravadas pela pandemia e comparando o espaço escolar ao setor comercial.

De acordo com Mbembe (2018), a necropolítica é a expressão máxima da soberania, pautada em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. A intenção de colocar trabalhadores da educação e estudantes em risco é evidente quando o governo e fundações privadas, como justificativa, fazem relação com retornos às aulas ocorridos em outros países, dado que é sabido que crianças e adolescentes

frequentarem as escolas ocasionam riscos potenciais aos idosos e pessoas com comorbidades que residem com eles (FIOCRUZ, 2020). Assim, este trabalho tem como objetivo identificar nas ações da Seduc-SP, que parte de uma administração gerencialista, diante do plano de retorno às atividades presenciais em meio à pandemia, as características da necropolítica.

A pesquisa é qualitativa, de estudo bibliográfico e documental (FLICK, 2009) a partir da análise das políticas promovidas pela Seduc-SP em meio à pandemia, da Nota Técnica da Ação Covid-19 e Rede Escola Pública e Universidade (REPU) que trata da simulação da dispersão do coronavírus nas escolas com a reabertura delas, considerando a indução do modelo da NGP na REE/SP, bem como o entendimento destas ações como necropolítica

Diante da ofensiva neoliberal a partir de 1970, o estado de São Paulo apresentou-se como um terreno fértil para políticas de austeridade fiscal e desestruturação do Estado, uma vez que a partir de 1990 sucederam reformas econômicas e educacionais. A NGP apresenta-se como uma proposta de reorganização do setor público incidindo sobre sua eficiência, com diminuição dos gastos públicos e alteração do papel desempenhado pelo Estado (ABRUCIO, 2007). Identificam-se na NGP, os sistemas de avaliação de programas e projetos e a busca permanente pelo equilíbrio fiscal como indicador de sucesso da gestão. É a importação dos modelos, métodos e ideias do setor privado para o público.

Embora a NGP não tenha sido inaugurada nos governos do PSDB no estado de São Paulo, as suas concepções induziram as políticas estaduais e da Seduc-SP. Compreende-se que mesmo com a pandemia, a lógica gerencialista tem imperado, um exemplo disso é quando se oferece o pagamento adicional aos professores que frequentarem as escolas presencialmente como forma de controle via barganha (PORTAL DO GOVERNO, 2020). Tais ações configuram-se como necropolítica, em razão dos riscos oriundos da política de soberania que visa “[...] a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações” (MBEMBE, 2018, p. 125).

Em comunicado oficial de 07 de agosto de 2020, o governador João Dória anunciou a retomada das aulas presenciais a partir de 07 de outubro, sendo que já havia sinalizado reabertura em julho, mas foi preciso reavaliar o plano diante da difusão do vírus. A condição estabelecida pelo Centro de Contingência de São Paulo e Seduc-SP é que o estado esteja na Fase Amarela do Plano São Paulo, com no mínimo 80% da população por 28 dias nesta fase (AÇÃO COVID-19; REPU, 2020).

O plano ignora as desigualdades existentes, a vulnerabilidade socioeconômica dos discentes da REE/SP e o fato de ainda apresentar-se no platô da curva de infecções. Os protocolos da Seduc-SP não preveem as medidas de testagem e rastreamento em massa, indicadas por especialistas como essenciais para prevenção de novos surtos da doença (AÇÃO COVID-19; REPU, 2020). Além disso, responsabiliza quem autorizou o estudante a retornar às aulas, isentando o estado do cuidado com os alunos (GIANCOLA; SCHEUER, 2020).

É visível que a educação no estado é tratada como a gestão de um comércio, conforme afirmou Rossieli Soares: "O estado pode liberar a abertura de um shopping e o município dizer: 'aqui, por razões epidemiológicas locais, eu não abro'. A mesma coisa servirá para o sistema educacional como um todo." (UOL, 2020b). O retorno às aulas faria das escolas um catalisador do vírus, configurando-se como uma ação genocida da Seduc-SP, que colocaria estudantes e trabalhadores da educação rumo ao abatedouro.

Em tempos em que a morte torna-se cada vez mais banal, as principais medidas do governo estadual paulista e da Seduc-SP deveriam priorizar o direito à vida, e não decisões gerencialistas e ações da necropolítica, pois é dever do Estado responsabilizar-se pela saúde dos cidadãos.

Palavras-chave: Nova Gestão Pública. Coronavírus. Seduc-SP. Necropolítica. Direito à vida.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, F. L. **Trajetória recente da gestão pública brasileira:** um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, v. 41, n. spe, p. 67-86, 2007.

AÇÃO COVID-19; REDE ESCOLA PÚBLICA E UNIVERSIDADE. **Simulador de dispersão do coronavírus em ambientes escolares na hipótese de reabertura das escolas no estado de São Paulo** [Nota Técnica]. São Paulo: Ação Covid-19 / REPU, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/32XdR1l>. Acesso em: 14/09/2020.

COVID-19, painel coronavírus. **Ministério da Saúde**, Brasília, 26 set. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/2Hvnr3J>. Acesso em: 26/09/2020.

EDUCAÇÃO. Se possível volto com escolas nem se for por um dia, diz secretário de SP. **UOL**, São Paulo, 20 de ago. 2020. Disponível em: <http://abre.ai/bA7a>. Acesso em: 01/09/2020.

EDUCAÇÃO. SP anuncia decreto para volta de aulas presenciais a partir de 7 de outubro. **UOL**, São Paulo, 19 de ago. 2020b. Disponível em: <https://bit.ly/3hYkPrK>. Acesso em: 01/09/2020.

FIOCRUZ. **Nota técnica 12 de 12 de julho de 2020**, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <http://abre.ai/nt12> . Acesso em: 27/09/2020.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução Joice E. Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIANCOLA, C.; SCHEUER, T. Escolas de SP enviam termo de responsabilidade aos pais caso filhos se contaminem com o coronavírus na volta às aulas. G1, São Paulo, 06 ago. 2020. Disponível em: <https://glo.bo/2Ew5DV5>. Acesso em: 21/09/2020.

HELOANI, R. **Modelo de gestão e educação:** gerencialismo e subjetividade. São Paulo: Cortez, 2018.

MBEMBE, A. **Necropolítica:** biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018.

PROFESSORES poderão ter pagamento adicional na volta às atividades. **Portal do Governo**, São Paulo, 01 set. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/301UBOM>. Acesso em: 24/09/2020.